

LEI Nº 651, de 07 de Dezembro de 2007.

“Institui a Política Municipal de Incentivo às Micro Destilarias de Alcool e Beneficiamento de Produtos Derivados da Cana-de-Açúcar”.

EDUARDO BELOTTI, Presidente da Câmara Municipal de Chapadão do Sul-MS, nos termos da letra “b” do Artigo 55 da Lei Orgânica do Município, promulga a seguinte **LEI**:

Art. 1º Fica instituída a Política de Incentivo às Micro Destilarias de Alcool e Beneficiamento de Produtos Derivados da Cana-de-Açúcar, formulada e executada como parte da política de desenvolvimento sócio-econômico regional integrado e sustentável e voltada para a geração de emprego e renda no Município de Chapadão do Sul.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei entende-se por Micro Destilaria a unidade com capacidade de produção compreendida até 10.000 lt. (dez mil litros) de álcool por dia.

Art. 3º Serão atendidas prioritariamente pela Política de que trata esta Lei as regiões com vocação agrícola para a produção da cana-de-açúcar preferencialmente em pequenas e médias propriedades.

Parágrafo Único. São destinatários preferenciais da Política de que trata esta Lei os agricultores familiares, os pequenos e médios produtores rurais, os trabalhadores em regime de parceria, os meeiros, os comodatários, os assentados em projetos de reforma agrária e os arrendatários rurais.

Art. 4º São objetivos da Política de que trata esta Lei:

I estimular investimentos em empreendimentos de interesse das comunidades rurais, do agricultor familiar das associações e das cooperativas, como forma de incentivar a produção do álcool combustível para o auto-abastecimento, da aguardente, do açúcar mascavo, da rapadura e de outros produtos derivados da cana-de-açúcar; e

II criar alternativas de emprego e renda em regiões produtoras de cana-de-açúcar.

Art. 5º Na implementação da Política ora instituída, cabe ao Poder Público:

I apoiar a implantação e o desenvolvimento de Micro Destilarias de álcool e fábricas de beneficiamento dos produtos derivados da cana-de-açúcar em regiões com vocação para a produção de cana-de-açúcar;

II criar oportunidades de renda e de trabalho para os projetos beneficiados pelos assentamentos de reforma agrária;

III estimular atividades agropecuárias que utilizem os subprodutos do beneficiamento da cana-de-açúcar;

IV estimular parcerias entre os órgãos estaduais e federais de pesquisa e extensão rural, com o objetivo de dotar tecnologicamente os empreendimentos beneficiados pela política de que trata esta Lei, aumentando a produtividade agrícola e a eficiência tecnológica;

V criar mecanismos para viabilizar a comercialização dos produtos derivados da cana-de-açúcar e estimular a produção do álcool combustível para consumo dos cooperados, em caso de cooperativa, dos associados, em casos de associações, ou dos produtores rurais independentes;

VI buscar linhas de crédito para financiar projetos de Micro Destilaria ou beneficiamento dos produtos derivados da cana-de-açúcar;

VII articular as políticas de incentivo às Micro Destilarias com os programas de geração de emprego e renda, buscando o desenvolvimento regional integrado e sustentável;

VIII estimular a busca constante da qualidade dos produtos, por meio de cursos de capacitação e organização empresarial;

IX criar campanhas de promoção dos produtos das Micro Destilarias e derivados da cana-de-açúcar, apoiando e estimulando a sua colocação no mercado consumidor;

X estimular o cooperativismo e o associativismo;

XI buscar integração entre a produção agrícola, o beneficiamento e as práticas de conservação e sustentabilidade do meio ambiente;

XII viabilizar, para os fins desta Lei, o licenciamento ambiental, através dos convênios firmados com o Estado e o Governo Federal.

Art. 6º São instrumentos da Política de que trata esta Lei:

- I o crédito rural;
- II o incentivo fiscal e tributário;
- III a pesquisa agropecuária e tecnológica;
- IV a extensão rural e a assistência técnica;
- V a promoção e a comercialização dos produtos;
- VI o certificado de origem e qualidade dos produtos destinados à comercialização.

Art. 7º A Política Municipal de Incentivo às Micro Destilarias e ao Beneficiamento dos Produtos Derivados da Cana-de-Açúcar será gerenciada por um órgão específico, ao qual compete operacionalizar:

- I o planejamento e a coordenação das políticas de incentivo;
- II a definição da viabilidade técnica e econômica dos projetos;
- III o acompanhamento da execução da política de que trata esta Lei;
- IV o suporte técnico aos projetos, com a prestação de apoio à elaboração, ao desenvolvimento, à operacionalização dos empreendimentos, por intermédio das empresas de pesquisa agropecuária e de extensão rural;
- V a busca de parcerias com outras entidades, públicas ou privadas, para maximizar a produção e a comercialização dos produtos;
- VI a promoção de cursos de formação e capacitação gerencial para os empreendedores, por meio de parcerias com centros tecnológicos, universidades, organizações não governamentais e centros de formação;
- VII a elaboração de cadastro das Micro Destilarias do Município;
- VIII a manutenção de cadastro atualizado das Micro Destilarias constituídas ou em constituição e das inovações propostas para esse segmento da produção agropecuária;
- IX a viabilização de espaços públicos, em parceria com o Estado e a iniciativa privada, destinados à comercialização dos produtos, para estimular a sua colocação no mercado consumidor;

X o estímulo à integração das Micro Destilarias no Município, por meio da constituição de uma rede solidária, com o intuito de ampliar negócios e a criação de novas unidades;

XI a criação de um selo de identificação para os produtos derivados das Micro Destilarias e das fábricas de beneficiamento para promover a comercialização e garantir a qualidade dos produtos.

Parágrafo Único O órgão a que se refere o caput deste artigo será composto de forma paritária por representantes de órgãos governamentais e de entidades dos empreendedores.

Art. 8º Será fornecido pelo Município o Selo de Qualidade dos Produtos às Micro Destilarias que atendam os seguintes requisitos:

I o modo de produção não utilize mão-de-obra escrava e/ou infantil;

II transparência dentro da cadeia produtiva e comercial;

III respeito às Leis trabalhistas nacionais e internacionais;

Art. 9º A Política instituída por essa Lei poderá ser executada com recursos públicos e privados.

Art. 10º O Poder Executivo regulamentará a presente Lei.

Art. 11º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Chapadão do Sul – MS, 07 de Dezembro de 2007.

EDUARDO BELOTTI
Presidente